



Brasília | ano 52 | nº 206
abril/junho – 2015

O cidadão vai ao Parlamento

Etnografia de visitas cívicas ao Congresso Nacional

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS

Sumário

1. Introdução. 2. Estratégias para a entrada no campo e a observação etnográfica. 2.1. O corpo funcional. 2.2. O percurso da visita, suas estações e a reação dos visitantes. 2.3. O cidadão no Plenário: encantamento, ceticismo e indignação. 2.4. Interações e *performances*. 2.5. A história e a memória política do parlamento no discurso dos guias. 2.6. Cartografias estatísticas do *mundo dos visitantes*. 3. Considerações finais.

1. Introdução

Este artigo apresenta os resultados de um estudo etnográfico sobre o programa de visitação cívica ao Palácio do Congresso Nacional, sediado em Brasília. Ao longo da observação, constatamos que o próprio trajeto percorrido é carregado de sentidos simbólicos, em função da hierarquia e funções dos espaços pelos quais os visitantes transitam, conforme será detalhado adiante. Por essa razão, um dos eixos da análise é o percurso da visita em si, o qual é composto por várias estações, com paradas para os cidadãos ouvirem as explicações dos guias, que atuam como mediadores entre o *mundo de dentro* e o *mundo de fora*. Outro aspecto eleito para a investigação são as reações, atitudes e manifestações dos visitantes durante as estações que compõem o trajeto cívico. Trata-se de um universo rico de expressões, comentários, interjeições que expressam espanto, encantamento, ou ainda ceticismo, deboche e indignação.

Aderimos, portanto, à visão de que o etnógrafo é um tradutor, ou seja, um *sujeito-intérprete* diante de um *mundo-texto*, desafiado a lidar com a polissemia na aventura de produzir sentidos no seio de relações sociais, em um diálogo complexo entre contextos relacionais e suas respectivas mutualidades, como ocorre na visitação.

Antonio Teixeira de Barros é doutor em Ciências Sociais. Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados – CEFOR (Brasil).

O objetivo principal da observação etnográfica, portanto, é captar e interpretar esse profícuo terreno de sentidos e as atitudes dos visitantes durante o período em que estão no interior do Palácio do Congresso Nacional. Em segundo lugar, examina-se o ponto de vista dos principais atores envolvidos no projeto, ou seja, os guias e os servidores que exercem a função de coordenação, supervisão e *mentoring* das visitas, com o propósito de compreender suas motivações, expectativas, rotinas e dinâmicas de trabalho, além de suas estratégias de interação com os visitantes. Afinal, os regimes de ação desses atores são articulados por saberes práticos e formalizados, com seus modos próprios de constituição de competências críticas aplicadas às situações e seus contextos performáticos.

A visita é analisada como um movimento simbólico e um ato de cidadania. Trata-se de um gesto cívico que passa por um conjunto de operações cognitivas que resultam na livre escolha e na decisão do cidadão de ir até o Parlamento. Essa iniciativa reveste-se de especial sentido simbólico, uma vez que existe no Brasil o clichê de que o mundo da política é um campo externo e temporário (SCOTTO, 1994), ou seja, um território distante do cidadão, uma nítida demarcação entre a *superpolítica* e a *subpolítica* (BECK, 2009). Essa distância é decorrência do próprio sistema de representação política, que cria uma separação entre o cidadão e o Mundo político (SANTOS, 1995). A motivação institucional para implantar o sistema de visitação guiada revela conexão com esse clichê, conforme se pode inferir do depoimento de um dos coordenadores do projeto:

“Uma das funções principais da visita guiada é *aproximar o cidadão do parlamento brasileiro*, fazer com que ele sinta que aqui é a Casa do Povo, o lugar do debate democrático e da tomada de decisões pelos representantes que o povo elegeu” (grifo nosso).

O projeto de visitação em estudo deve ser entendido à luz do contexto político brasileiro desenhado a partir da redemocratização, marcado por um déficit histórico de participação, transparência e *accountability*, em decorrência de um longo período de disjunção entre o Estado e a sociedade (DINIZ, 2000). Após a promulgação da Constituição de 1988, várias iniciativas começaram a ser implementadas, desencadeando um processo de aproximação das instituições do Estado com a sociedade civil, incluindo os serviços criados pelas instituições públicas para atendimento, relacionamento e interação com a sociedade.

Como se trata de *tour* turístico, adotamos como estratégia narrativa a descrição e análise dos percursos e suas estações. Em seguida, construímos um panorama sintético, com um quadro resumo focado nas interações e *performances* dos atores. A fim de oferecer ao leitor uma visão geral sobre o perfil de quem visita o Congresso Nacional, são expostos alguns dados

estatísticos, compilados a partir de pesquisas já existentes sobre o projeto (HENRIQUE, 2009; PINTO NETO, 2012; ROCHA, 2012).

2. Estratégias para a entrada no campo e a observação etnográfica

O período de investigação, incluindo as visitas prévias para a negociação com a chefia do setor, durou seis meses, de maio a outubro de 2013. A observação etnográfica foi realizada em várias etapas, em função da complexidade e dinamismo das visitas. Em cada grupo formam-se diferentes configurações relacionais. Cada mediador que conduz o *tour* tem características próprias. Além disso, o dia da semana, o horário e o turno também interferem na dinâmica da visitação. Em razão de tudo isso, a estratégia adotada foi uma escala de monitoramento dos grupos em dias e horários variados, incluindo o final de semana e os feriados, períodos de maior fluxo de visitantes.

Outra etapa relevante foi a análise dos documentos institucionais como estratégia para aproximação com os coordenadores do programa. Sem o apoio deles, a investigação seria inviável. Por essa razão, fizemos um cronograma de visitas semanais, com entrevistas com os responsáveis pelo projeto, além de consulta aos documentos institucionais, que compõem um vasto e disponível acervo com relatórios, atas de reuniões, levantamentos estatísticos e registros escritos das manifestações dos próprios visitantes.

A análise dos documentos serviu para nos situar em termos das rotinas, processos e dinâmicas de trabalho dos atores. Assim, os documentos oficiais foram tomados como uma modalidade de *discurso nativo*, uma vez que articulam os saberes práticos e a consciência discursiva dos responsáveis pela visitação. Essa etapa adicional contribuiu para uma compreensão alargada sobre a natureza e os objetivos do projeto. Foram relevantes os inventários, relatórios, avaliações institucionais, projetos de alteração dos procedimentos e protocolos de interação dos guias com os cidadãos. Dessa forma, a análise documental serviu para orientar a etnografia, no que se refere à compreensão dos contextos institucionais, do ponto de vista social e simbólico (CUNHA, 2004). Ademais, essa etapa favoreceu o registro no diário de campo sobre as construções burocráticas e as narrativas profissionais inscritas no arquivo observado, um espaço para o entendimento das redes de relações objetivadas nos carimbos, assinaturas, registros temporais, atas e pautas de reuniões, como um processo de “tecer e destecer ininterrupto dessas relações”, um fluxo contínuo “gerador das rotinas da vida social e da recriação das estruturas sociais” (DOMINGUES FILHO, 2004, p. 220).

Além disso, essa etapa favoreceu a construção de um clima sociável com os agentes que fazem parte do corpo funcional permanente, o que contribuiu para a negociação de um regime de convivência com os informantes institucionais. As pequenas *configurações sociais* (ELIAS, 1994) que se formavam nesses encontros favoreceriam o contato informal do investigador com os informantes e facilitava a gestão, de ambas as partes, da *arte de manipular a interação* (GOFFMAN, 2012), com as *máscaras sociáveis* típicas dos rituais de civilidade da *diplomacia cotidiana* (SENNETT, 2012).

Quanto ao protocolo adotado, chama a atenção o cerimonial da interação, que requer o uso de um rigoroso ritual de civilidade no cumprimento ao cidadão, no modo de abordar em caso de dúvida sobre uma determinada questão formulada pelo visitante, na condução e no encerramento do *tour* cívico, conforme transcrito abaixo:

“Bom dia / boa tarde a todos. Sejam todos muito bem-vindos ao Palácio do Congresso Nacional. É uma satisfação recebê-los aqui e poder apresentar aos senhores e senhoras um pouco sobre a história e o funcionamento do Poder Legislativo, um dos pilares da democracia.

Senhoras e senhores, aqui encerramos a nossa visita. Foi um honra acompanhá-los nesse percurso. Agradecemos mais uma vez a atenção de todos em nome da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Espero que a visita tenha sido proveitosa pra todos e que tenha ajudado a todos entenderem um pouco mais sobre o trabalho legislativo.”

Durante a observação chamou a atenção o protocolo interno associado ao aparato de registro das manifestações dos cidadãos no livro *Palavra do Visitante*. O livro fica à disposição dos cidadãos no que se refere ao registro de suas manifestações, sejam positivas ou negativas. As

anotações são acompanhadas frequentemente pelos gestores e se tornaram uma fonte de avaliação e mensuração dos resultados da visita em termos de gestão de imagem pública do Congresso Nacional (PINTO NETO, 2012). Além disso, há um *blog* destinado à divulgação do projeto e também à interação com os visitantes <<http://www.blogdavisitacao.com.br/>>, o qual é atualizado semanalmente. Um inventário dos sistemas informáticos usados no serviço mostra uma complementação entre as diferentes formas de registro e o modo como os recepcionistas e a equipe de *mentoring* interagem, constituindo uma *rede sociotécnica* (LATOURET, 2000), na qual os atores humanos e não-humanos exercem uma espécie de simetria em termos de concertação em prol do registro e transcrição das expressões dos visitantes.

2.1. O corpo funcional

O corpo funcional do serviço de visita é composto por 61 pessoas, distribuídas em 49 guias e 12 agentes públicos que integram a equipe de coordenação, supervisão e *mentoring*. Os coordenadores são responsáveis pela condução protocolar do serviço, especialmente no que se refere aos rituais de civilidade na conversação com os visitantes. Para garantir a disciplina no exercício diário desses rituais de civilidade, além de redigirem *scripts* para as variadas situações de interação, a equipe de *mentoring* monitora diariamente a *performance* dos guias, inclusive do ponto de vista da entonação da voz, da empatia com o visitante e do tom de cortesia, mesmo nos casos em que o cidadão manifesta a sua indignação e protesta contra a atuação parlamentar. Em suma, ressalta-se a função de garantir que o caráter cerimonioso da interação seja preservado, inclusive em circunstâncias de exaltação e indignação dos visitantes. Por se tratar de uma ocasião formal, há necessidade

de distanciamento e de manutenção da ordem protocolar. Afinal, a formalidade é entendida como uma propriedade do contexto social em situações cerimonialistas (IRVINE, 1984).

Em termos mais abrangentes, o caso em estudo reforça visões já registradas na bibliografia especializada sobre etnografias de situações vivenciadas em instituições legislativas e parlamentares, reiterando a importância do cerimonial e dos rituais no âmbito das atividades e rotinas ritualizadas do parlamento, especialmente no que se refere às formas de comunicação (RAI, 2010; CREWE, 2010). São características inerentes ao campo das atividades parlamentares, ou seja, reiteram-se tanto para “os de fora” como para “os de dentro” as visões dominantes e hegemônicas de política. Trata-se de uma forma de exercer o poder no plano cognitivo (ARMITAGE, 2010). Outros estudos nesse campo ressaltam a relevância da ordem protocolar e ritualística nas dinâmicas e rotinas legislativas (CREWE, 2010; ARMITAGE, 2010).

2.2 O percurso da visita, suas estações e a reação dos visitantes

O início da visita é marcado por um conjunto de elementos simbólicos típicos dos ambientes parlamentares (RAI, 2010; WAYLEN, 2010). Os visitantes entram pela rampa de acesso da entrada principal do Palácio, a mesma utilizada para as recepções de chefes de Estado e demais autoridades. Essa rampa dá acesso ao Salão Nobre, espaço destinado às recepções de autoridades, onde ficam os visitantes enquanto esperam o momento de serem conduzidos pelos guias. Nesse salão, os visitantes são recepcionados pelos funcionários do *staff* da instituição e recebem as informações iniciais. O propósito disso tudo é causar impacto positivo na recepção, como expressa um dos integrantes da equipe de *mentoring* do programa de visitação:

“A ideia é fazer o cidadão se sentir prestigiado já na entrada do Palácio, começando pelo acesso à rampa e à recepção no Salão Nobre. É como se ele é que fosse a autoridade naquele momento. Afinal, estamos falando da Casa do Povo. Portanto, temos o propósito de proporcionar ao visitante um clima especial.”

Em seguida, o guia conduz os cidadãos para um pequeno auditório, no qual é projetado um vídeo, com duração de três minutos. Além da dimensão arquitetônica e monumental do Palácio, a ênfase do vídeo é posta na história recente do parlamento, especificamente na resistência à ditadura e no processo de redemocratização, com seus personagens emblemáticos, a exemplo de Ulisses Guimarães. Os feitos do Poder Legislativo também são ressaltados, com a apresentação de leis de grande

apelo social, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e a Lei Maria da Penha. Outro eixo do documento audiovisual são explicações sobre o funcionamento e as atribuições das duas casas legislativas.

Após as informações básicas iniciais oferecidas pelo vídeo, os visitantes iniciam um percurso de caminhada de 30 minutos por alguns dos espaços selecionados para o roteiro. O Salão Verde (da Câmara) e o Salão Azul (do Senado)¹ são percorridos com entusiasmo e admiração pelos cidadãos. A curiosidade é aguçada por se tratar de dois cenários bem conhecidos do público devido às transmissões televisivas. Nesse momento, é comum a manifestação de surpresa e de encantamento das pessoas, que interagem com seus amigos e parentes:

“Nossa! É muito maior do que parece na televisão!”

“Caramba! Que bacana!”

“Impressionante!”

“Como é bonito!”

Em suma, os comentários se resumem a interjeições e termos corriqueiros da linguagem coloquial. Contudo, expressam o impacto que a organização arquitetônica do espaço causa ao visitante. No Salão Verde há uma parada para o guia tecer explicações sobre um rico acervo de obras de arte, incluindo peças de Marianne Peretti, Alfredo Ceschiatti, Burler Marx, Atos Bulcão e outros. Em geral, faz-se um silêncio total. A surpresa é manifesta apenas nas fisionomias, gestos e olhares. Encontrar obras de arte no Congresso Nacional surpreende. Os apreciadores de obras artísticas ficam encantados.

¹ Trata-se dos dois espaços de maior dimensão, destinados à circulação de parlamentares, visitantes e autoridades. Também são conhecidos como o ponto em que os jornalistas ficam à espera de parlamentares para entrevistas e declarações.

Porém, a impressão é a de que a maioria não tem informação nenhuma sobre as obras e os artistas. Há um impacto, mas o desconhecimento parece dominar a situação. No contexto geral da visita, observa-se que o acervo artístico é pouco valorizado pelos cidadãos. Trata-se de algo que é incluído no pacote de informações do roteiro, mas até causa surpresa na maioria dos presentes. A iniciativa expressa o poder de seleção e enquadramento da instituição, que dispõe de um vasto acervo artístico, principalmente esculturas e pinturas de valor histórico. Ao indagarmos um dos coordenadores do projeto sobre a iniciativa, recebemos a seguinte explicação:

“A ideia é mostrar ao cidadão que o Congresso Nacional também dispõe de um grande patrimônio cultural, que está aqui à disposição de todos, para apreciação. São obras muito importantes. Além disso, elas estão dispostas por todos os espaços de uso político. Então, achamos importante treinar os guias para oferecerem explicações detalhadas sobre o valor histórico e artístico dessas obras. Talvez assim, possamos atrair o olhar de cidadãos que podem não se interessar por política, mas admiram artes.”

A estação seguinte é um pequeno museu cujo destaque é a maquete do Palácio do Congresso Nacional, com todos os edifícios e espaços funcionais. Nesse momento, o que causa admiração aos cidadãos é a amplitude do espaço destinado às atividades administrativas do parlamento. “Puxa! Pra que tudo isso?”, indaga um dos visitantes. Essa estação requer explicações mais detalhadas dos guias sobre o funcionamento do Congresso Nacional, suas funções e atribuições constitucionais. Em geral, os cidadãos tendem a pensar que o ambiente parlamentar se restringe aos gabinetes dos deputados e senadores. Outro momento revelador da falta de conhecimento dos cidadãos é a passagem pelo gabinete da Presidência da

Câmara dos Deputados, aberto à visitação pública nos finais de semana. Este momento é um dos mais reveladores, segundo a avaliação de um dos guias:

“É comum as pessoas confundirem com o gabinete do Presidente da República. Aliás, muitos perguntam onde fica a sala da Dilma e ficam espantados quando respondemos que ela (a Presidente Dilma Rousseff) é a chefe do Poder Executivo e que os Três Poderes são independentes. Muitos pensam que o Presidente da República é quem comanda o Congresso Nacional. É um dos momentos mais críticos da visita. Muitos nem sabem que a Câmara tem um presidente o Senado também tem o seu.”

2.3 O cidadão no Plenário: encantamento, ceticismo e indignação

A observação etnográfica das visitas e mais especificamente sobre o comportamento e a reação dos cidadãos revela uma complexidade de atitudes, que variam de um extremo ao outro, ou seja, do fascínio ao deboche. Uma modulação que encontra respaldo na multiplicidade de sentimentos e sensações que são associados às representações sobre a cidade de Brasília, o Congresso Nacional e aos próprios parlamentares. Na realidade, trata-se de um fenômeno sociocultural que confirma as novas abordagens socioantropológicas ancoradas na tese da plasticidade da ação, em função do perfil e dos interesses dos atores (BLIC, 2000; BOLTANSKI, 2000; CASTRO, 2008; CORCUFF, 1995, 1998).

Apesar da imagem negativa do parlamento brasileiro e da baixa confiança da população (MOISÉS, 2006; HENRIQUE, 2009; MENEGUELLO, 2012), a observação etnográfica revela um olhar de encantamento do visitante ao ser recebido e transitar pelos espaços de poder, especialmente o Plenário, palco dos debates mais acalorados, das disputas e da votação da agenda decisória do Governo. Como observador, a sensação é a de que o cidadão contempla e admira, mesmo que por alguns poucos instantes, a *aura* do parlamento.

“Caramba, que legal! *Meu*, estamos sentados nas *cadeiras dos homens* (sic). É aqui que eles votam as leis. Não é demais! Nem dá para acreditar, parece que estou sonhando”.

Este foi um dos comentários registrados no diário de campo durante a investigação. Tratava-se de um grupo de três adolescentes, provavelmente do estado de São Paulo, pela gíria característica daquele estado. Essa não foi a única ocasião em que o deslumbramento dos visitantes se manifestou. Em geral, ao serem conduzidos ao Plenário pelo guia, percebemos, em todas as visitas que acompanhamos, esse clima de admiração, surpresa

e maravilhamento. A variação ficava por conta do modo de cada grupo expressar tais sensações. Os jovens, em geral, são os mais espontâneos e informais. Mas em todos os casos era visível esse modo de manifestar o impacto simbólico causado pela *aura* do lugar.

Para demonstrar que esse tom de maravilhamento é dominante na visitação, observamos o registro com as manifestações espontâneas dos cidadãos. No livro, denominado “Palavra do Visitante” encontramos várias anotações do tipo:

“Muito bacana! Adorei conhecer o Congresso Nacional”

“Que legal! Todos os brasileiros deveriam conhecer o lugar em que as leis são feitas!”

“Fiquei muito entusiasmado com meu País, ao conhecer este lugar!”

“Achei deslumbrante o Palácio do Congresso Nacional!”

“Fico muito emocionado e entusiasmado em pisar neste lugar. Amo meu País!”

“Me deu muita vontade de assistir a uma sessão de votação de uma lei.”

Ao se observar o gestual dos visitantes, os olhares entre os que estão juntos, os sorrisos, as expressões faciais, interjeições e a fisionomia de modo geral, é que se tem a noção do quanto essa atitude de encantamento é ingênua e intensa. Diante de tal constatação, decidimos perguntar diretamente aos guias e coordenadores do programa sobre as impressões deles a respeito desse comportamento do público:

“É algo incrível, realmente. E muito gratificante. Percebemos isso em todas as visitas, seja em maior ou menor grau, de modo mais intenso ou mais discreto. Em alguns momentos, olham tão admirados que parecem não acreditar no que dizemos. E parece que o efeito é contagiante. Até mesmo os mais desconfiados e carrancudos, ficam de boca aberta quando entram no Plenário e sentam nas cadeiras dos deputados. Aí é que se dá o milagre que produz essa reação incrível e difícil de ser explicada” (comentário de um dos coordenadores do projeto).

A opinião também é compartilhada pelos guias que acompanham os visitantes:

“Olha, é realmente impressionante. Alguns lugares têm esse poder de atrair o olhar do visitante e deixá-los de boca aberta, como o plenário e o gabinete do presidente. É como se eles se dessem conta que a política é algo concreto, feita por gente de carne e osso. Como guias, nós nos sentimos muito gratificados diante desta atitude de satisfação e respeito do cidadão pelo trabalho dos parlamentares e seus projetos de leis” (comentário de um dos guias).

Cabe questionar, então, o que causa essa reação? O elemento simbólico de maior peso parecer ser o ato de pisar o solo e ocupar o espaço em que as leis são votadas pelos parlamentares eleitos em todo o território nacional. Isso causa maravilhamento² nos visitantes. Há que se olhar de forma crítica para esse momentâneo efeito de maravilhamento observado nas visitas cívicas, alimentado pela superficial emoção nacionalista. Afinal, que impacto posterior pode resultar desse efeito tão fugaz, produzido em pequenas escalas, com grupos de 20 a 30 visitantes? Depois que retornarem para seu cotidiano, o que farão os adolescentes que acham “legal pra caramba” ou “maneiro” sentar-se por alguns instantes nas poltronas que os parlamentares ocupam quando estão no exercício da representação política? Outro ponto a ser observado é que tal reação ocorre em indivíduos que decidiram por iniciativa própria ir até o parlamento. Além de poucos, cabe ressaltar que o ato de optar pelo *tour* cívico já implica um viés favorável ao encantamento. Um cidadão extremamente cético certamente nem aceitaria fazer a visitação, conforme o protocolo institucional. Lógico que isso não desqualifica o projeto, que é percebido pela própria instituição como “um programa de baixo alcance, embora com elevado potencial a longo prazo”, nas palavras de um seus coordenadores.

O clima de encantamento, contudo, não é generalizado. Há claras manifestações de repúdio à política, de desconfiança em relação ao discurso dos guias e de reprovação da atuação Congresso Nacional. Observamos isso também pelas expressões, pelo gestual e pelos comentários curtos, mas diretos. “Tanta beleza pra quê?” questiona um dos cidadãos

²O termo *maravilhamento* aqui remete à ideia de Greenblatt (1996), ou seja, o maravilhamento como uma atitude que se dá diante do conhecer, ou seja, no plano cognitivo.

em tom indignado. “Essa ostentação e essa pompa toda não servem de nada”, desabafa uma senhora entre os dentes. “Duvido que seja tudo assim... é... como se diz”, comenta outro após a explicação do guia sobre o processo de votação no Plenário.

Um dos guias situa, quando as reações de indignação são mais recorrentes:

“Depois da denúncia de um grande escândalo de corrupção ou de qualquer fato negativo relacionado aos deputados ou aos senadores, a coisa fica feia. Às vezes dá até medo, pois eles parecem querer descontar a raiva deles até em nós. Nesses momentos, somos orientados a agir com muita cautela e serenidade, falar pouco e não deixar de dar razão ao cidadão que reclama, mas cumprir o nosso papel como manda o protocolo.”

Para um dos coordenadores,

“Nessas horas ficamos atentos e vigilantes para orientar os guias. Uma das nossas estratégias que tem dado certo com muita frequência é falar com muito jeitinho, mas incluir o cidadão no jogo, fazendo ele (*sic*) entender que nenhum parlamentar está aqui simplesmente pela sua própria vontade. Aí temos que lembrar que ele foi eleito com milhões de votos. Cometeu erros. Foi eleito novamente. Então, jogamos a pergunta para o visitante: por que será que eles continuam aqui? Quem os elegeu também tem responsabilidade, quando se trata de corrupção. Com isso, os ânimos se acalmam rapidamente.”

Os chistes, zombarias e chacotas dos visitantes remetem à noção de *cultura zombeteira* (WILLIS, 1977), que representa a ordem informal, a qual se contrapõe ao plano formal da autoridade, à dimensão institucional do parlamento. De certa forma, não é descabida a comparação com os resultados da etnografia de Paul Willis com jovens estudantes rebeldes na Inglaterra. Afinal, a visita ao Congresso Na-

cional, pelo seu tom formal, reveste-se de um sentido quase escolar, visto que as explicações dos guias assemelham-se a uma aula de educação cívica, enquanto a sua própria figura de mediador institucional aproxima-se daquilo que a maioria dos visitantes imagina como sendo a de um professor.

2.4 Interações e performances

Após a análise do trajeto da visita e suas estações, optamos pela estratégia de construir uma síntese dos modelos de interação predominantes e dos tipos de *performances* observados durante o período da investigação, conforme mostra o quadro abaixo.

Do ponto de vista da *performance* dos gestores da visitação, a observação etnográfica mostra que existe um substrato discursivo que orienta a mediação entre os guias e os visitantes, a partir da orientação institucional (*mentoring*). Assim, a *performance* dos coordenadores, supervisores e do *staff* responsável pela função de *mentoring* tem reflexo direto no trabalho de mediação dos guias, por meio de um substrato que leva esses agentes a construir um ponto focal para conduzir a atenção do público. Desse modo, o cotidiano legislativo, marcado pelas operações críticas situadas em contextos bem demarcados

de contradição hermenêutica e de disputas de poder, dá lugar a um arranjo argumentativo, reforçado pelas estações da visita, que põem em relevo o valor da democracia representativa e o papel institucional do parlamento.

Nas estações da visita, os guias constroem uma ordem discursiva na qual a política deixa de ser um jogo de cunho moral marcado por antagonismos (BAILEY, 1998). Observa-se um nítido engajamento retórico de cunho republicano, em defesa do Parlamento, da Política e da Democracia, no plano mais abstrato e distante dos antagonismos e dos jogos de competição por poder, reputação, honra, reconhecimento público e visibilidade. Em vez de demarcação de identidades partidárias e discursos dialéticos típicos da política de reputação (BAILEY, 1998), passamos a presenciar uma estetização do narcisismo institucional que busca um ordenamento de perspectivas e um consenso que coloca o simbólico acima do político.

O conjunto das estações, a acentuação política dos argumentos institucionais e a ênfase aos elementos estabilizadores da ordem democrática, como a Constituição e as Leis, desvia o olhar dos visitantes do horizonte hermenêutico da democracia concorrencial e sua lógica de política agonística presente diariamente nos enquadramentos midiáticos.

Quadro 1 – Os atores e suas performances

Atores	Performances
Coordenadores, supervisores e equipe de <i>mentoring</i>	Gestores do projeto, conforme o <i>ethos</i> institucional e o <i>habitus</i> profissional de Relações Públicas, área especializada na gestão de reputação corporativa.
Guias e mediadores	Agentes especializados de mediação, cujas performances principais são articuladas por estratégias de civilidade, diplomacia cotidiana e protocolo de interação ritualizada.
Visitantes	O campo mais diverso de performances está nos visitantes, com as variações de: <ul style="list-style-type: none"> - maravilhamento e surpresa; - ceticismo e desconfiança; - indignação e crítica; - chiste e zombaria.

Fonte: Elaboração do autor

A democracia é representada pelos guias como objeto simbólico de culto político e de veneração pública com um valor cívico em si.

O sentido da política articulado pelos agentes que conduzem o percurso reitera a lógica paradoxal da economia das trocas simbólicas baseadas na valorização do altruísmo e não do interesse (BARREIRA; BARREIRA, 2012).

Em suma, a análise etnográfica revela que não há necessariamente unificação, mas regulação das hierarquias políticas, simplificando o espectro de classificações para reforçar uma moldura específica (GOFFMAN, 2011), o que resulta em reforço reiterado do poder simbólico do parlamento, ao longo das estações, como “um dos pilares da democracia brasileira”.

2.5 A história e a memória política do parlamento no discurso dos guias

Como se trata de um *tour* cívico, com ênfase para a dimensão histórica do parlamento e da democracia, a variável tempo é predominante no *script* de todos os guias, com evocações

recorrentes e ritualizadas sobre o passado, o presente e o futuro. O passado é atualizado pelo ritual e, assim, deixa de ser “um passado perdido” e se torna uma inspiração para motivar os cidadãos no presente, na trilha argumentativa de que o passado não deve ser visto como *reliquia cultural* (PEIRANO, 1995). O tempo se reveste de sentido social, além de constituir ele próprio um fator que exerce coerções e interliga estruturas sociopsicológicas individuais com estruturas sociais mais amplas, incluindo o campo político (ELIAS, 1989). Para facilitar a leitura do texto, apresentamos um esquema com uma síntese das representações evocadas pelos guias durante as visitas, no que se refere especificamente à dimensão temporal (Quadro 2).

2.6 Cartografias estatísticas do mundo dos visitantes

Que tipo de cidadão é esse que se interessa em visitar o Palácio do Congresso Nacional em Brasília? É possível fazer uma cartografia sobre o universo sociocultural dos visitantes? Que

Quadro 2 – O tempo no roteiro argumentativo usado pelos guias

Período	Representações evocadas
Passado	<ul style="list-style-type: none"> - Explicações dos guias que evocam a memória e as virtudes de figuras emblemáticas que atuaram no parlamento em diferentes fases da história política brasileira. - O passado do parlamento é personificado no traçado biográfico heroico de figuras já consagradas pela história política, como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Ulisses Guimarães. - A história do parlamento como patrimônio político da sociedade e como legado para as futuras gerações de políticos e cidadãos. <p>A estratégia é infundir orgulho cívico sobre o passado político e suas figuras heroicizadas.</p>
Presente	<ul style="list-style-type: none"> - As dificuldades nas relações políticas como “algo natural da política”, segundo o ponto de vista dos guias. - Reforço ao argumento de que “se a democracia é imperfeita com o parlamento, pior seria sem ele”. - O Congresso Nacional “é um reflexo do que é a sociedade brasileira atualmente”. <p>A estratégia é naturalizar o olhar do cidadão para os conflitos e aspectos críticos da política.</p>
Futuro	<ul style="list-style-type: none"> - Os desafios para o aperfeiçoamento da democracia são evocados pelos guias de forma genérica, com ênfase aos projetos e iniciativas para conquistar legitimidade perante a opinião pública: projetos de transparência e <i>accountability</i>. São apresentados em tom de solução para os desafios. <p>A estratégia é ressaltar a eficácia política da ação do parlamento frente aos desafios, com foco nos aspectos positivos de sua atuação, a fim de fortalecer sua imagem institucional.</p>

Fonte: Elaboração do autor.

mundo é esse que cabe nos relatórios estatísticos e no livro de registro de manifestações? Trata-se de um mundo reduzido a um *dispositivo de inscrição* burocrática? Nesse aspecto, os documentos analisados na primeira fase da investigação indicaram as pistas hermenêuticas para o exame desse dispositivo de inscrição e sua racionalidade estatística capaz de construir novas representações a partir dos dados enfiados em variáveis de base pré-determinadas (LATOURE, 2000). Os cidadãos são transformados em sujeitos indefinidos e despersonalizados, ou seja, coletivos construídos por agregados numéricos, organizados a partir de um sistema peculiar de classificações.

Nessas operações de classificação e enfiamento, as pessoas do *mundo de fora* do Parlamento, representantes das várias sociedades civis (SANTOS, 1995), perdem suas identidades

e são transformadas em dados essencializados, matéria-prima para os relatórios estatísticos. Os dados sistematizados formam um mapa do *mundo de fora*, além de um sistema de *controle metrológico* do volume de visitantes.

Feitas essas considerações, apresentaremos na sequência um rápido apanhado a partir do que observamos na etapa da investigação documental, ou seja, uma cartografia do *mundo dos visitantes*, com base nas inscrições mostradas pelos relatórios. Até a conclusão da observação etnográfica, em setembro de 2013, o número total de visitantes ao Congresso Nacional foi de 1.909.217, conforme mostra o Quadro 3. Esse mesmo dispositivo revela um crescente interesse da população pelo programa de visitas.

“Isso se deve tanto à divulgação das visitas pelos meios de comunicação da Câmara e do Senado, tanto pela crescente repercussão nas

Quadro 3: Número de visitantes por ano

Ano	Número de visitantes
1995	8.455
1996	Sem registro
1997	46.635
1998	33.762
1999	44.172
2000	57.694
2001	55.391
2002	54.450
2003	59.148
2004	136.274
2005	145.744
2006	162.146
2007	123.837
2008	142.912
2009	177.632
2010	181.618
2011	179.898
2012	193.008
2013	196.441
Total	2.009.217

Fonte: Departamento de Relações Públicas e Divulgação da Câmara dos Deputados.

redes sociais, pois o cidadão visitante geralmente faz fotos no Palácio e compartilha com seus amigos e familiares. Isso estimula outras pessoas que viajam a Brasília para incluir a visita no roteiro” (depoimento de um dos supervisores da visitação).

Esses dados resultam da compilação sistemática e do registro diário das visitas³. O universo é composto por turistas estrangeiros (5%), brasileiros (80%) e estudantes (15%). Viagens a Brasília (76,4%), aliadas à curiosidade em conhecer o parlamento (33,8%), são as motivações para a visitação. O perfil dos visitantes revela predomínio de homens (54%) contra 46% de mulheres. Em relação à faixa etária, prevalecem cidadãos acima de 30 anos (57%). A escolaridade é um fator relevante no perfil, com 70% de portadores de diploma de curso superior. A variável renda também mostra que o interesse predomina entre aqueles de melhor situação econômica, com 63% com rendimentos declarados acima de cinco salários mínimos. O contexto sociogeográfico também é um dado relevante, pois mostra que 70% dos visitantes residem em capitais e regiões metropolitanas, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Na percepção desses visitantes, a principal função do Congresso Nacional é legislar (80%). Em seguida indicam a função de representação política (50,2%), além de promover debates de interesse nacional (40,3%), conforme registra levantamento de Henrique (2009).

Esse *patchwork* de dados estatísticos aponta para algumas considerações interpretativas acerca da geografia política brasileira e da força simbólica de algumas regiões, consideradas territórios de demarcação de identidade, espaço de formação de *províncias de sentidos*, de transações simbólicas, a partir de configurações

³ Aqui recorremos às sistematizações realizadas por Henrique (2009), Pinto Neto (2012) e Rocha (2012).

relacionais próprias dos *arquipélagos culturais*. Apesar dos seus limites e fronteiras, do ponto de vista físico e político, uma região também se caracteriza pelas dinâmicas de mobilidades e expansões, que desencadeiam fluxos e entrecruzamentos de informações (HANNERZ, 1997). A concentração de visitantes das regiões do centro-sul confirma o maior dinamismo de integração e cooperação geocultural e política, enquanto a região Norte fica à margem de alguns dos fluxos sociais, em razão de sua extensão, localização e dificuldades de transportes e de comunicação. Portanto, não se trata apenas da correlação entre o número de visitantes e o percentual de eleitores ou da densidade populacional, mas também dos demais condicionantes socioculturais que interferem na ecologia política, inclusive no comportamento das elites (MESSENBURG, 2007).

3. Considerações finais

O artigo teve como base a observação etnográfica, propôs-se a captar e interpretar os sentidos e as percepções dos principais atores envolvidos no projeto de visitação cívica ao Congresso Nacional, tais como os próprios visitantes, os guias e os servidores que exercem a função de coordenação, supervisão e *mentoring* das visitas. Antes de tudo, é necessário considerar que a visita cívica ao Palácio do Congresso Nacional ocorre em interconexão com outros trajetos e circuitos da cidade, com sua identidade de capital do Brasil, cidade com função política ou *cidade principesca*, na terminologia weberiana⁴.

⁴ A tipologia completa consta no texto citado, que integra *Economia e Sociedade*. De forma resumida, Weber constrói uma categorização urbana de acordo com a principal função da cidade, tais como: cidade-fortaleza, cidade-portuária, cidade de comerciantes, cidade de agricultores e cidade principesca (sede do poder político).

Construída em 1960, a partir de projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, resultou do programa político desenvolvimentista do então Presidente da República Juscelino Kubistchek, motivado pela necessidade de ocupação e urbanização do interior geográfico do Brasil. Trata-se do sítio urbano que serve de sede e palco para as instituições políticas mais relevantes que representam os Três Poderes da República brasileira (Executivo, Legislativo e Judiciário). Brasília foi construída para ser símbolo da valorização do espaço público. Uma cidade “concebida para ser inteiramente pública”. Como uma inscrição no espaço, “todos os edifícios da cidade e todas as suas áreas livres existem para representar o bem público” (HOLSTON, 1993, p. 141).

Portanto, ao visitar o Congresso Nacional, o cidadão tem como palco mais amplo o contexto urbanístico da cidade modernista (HOLSTON, 1993) e o cenário cívico representado pela Praça dos Três Poderes, ponto de convergência na arquitetura das instituições políticas mais emblemáticas, conforme já mencionado. O visitante, portanto, está em movimento, ao fazer o roteiro em exame, ou seja, a visita faz parte de uma viagem e seus *intertrajetos do cotidiano* (ANDRADE, 1993), inseridos em uma rede de sentidos e fenômenos simbólicos inerentes à *antropologia da mobilidade* (AUGÉ, 2010). As situações observadas nos trajetos e percursos que compreendem a visita cívica devem ser entendidas, portanto, como estações desse deslocamento ou como fragmentos desses percursos.

Feitas tais ressalvas, observa-se que a visita tem como base visões fragmentadas do parlamento, a partir da seleção de focos temáticos específicos, como as explicações sobre o processo legislativo e a escolha de alguns espaços para a realização do percurso, ao longo do qual algumas obras de artes estão dispostas. Certa-

mente uma breve imersão nos espaços físicos do Palácio do Congresso Nacional pode despertar o interesse do cidadão para se aprofundar no seu aprendizado político. Aliás, pelos relatos dos guias, uma das conclusões é que há um desconhecimento generalizado da população em relação à estrutura, organização e funcionamento do Poder Legislativo. Portanto, mesmo se tratando de uma situação líquida e de fluxos e deslocamentos fragmentados, a iniciativa tem esse potencial de educação cívica e de formação cidadã, ressalvado seu caráter de baixo impacto, conforme já mencionado.

Afinal, Latour (2000, p. 356) define conhecimento como familiaridade e Gadamer (1998) como experiência. Ambos apontam para o horizonte de que o conhecer depende, portanto, de um processo constante de cruzar e recruzar o caminho dos outros, em um tecer contínuo de discursos, práticas e interações. Dessa forma, infere-se que, quanto mais limitado o conhecimento dos cidadãos sobre o sistema de representação política, mais difícil será sua intervenção no plano da participação e da renovação da democracia liberal. O mesmo pode-se dizer dos guias e mediadores das visitas. Quanto mais limitado e burocratizado o conhecimento desses agentes sobre o campo político, mais estreito se torna o horizonte da mediação com os cidadãos.

Essas ressalvas adquirem relevância à medida que o estímulo à participação do cidadão é um dos focos da visita cívica, conforme salienta um dos responsáveis pela supervisão das visitas:

“Entendemos que o turista tenha muito interesse na originalidade e na riqueza do conjunto arquitetônico do Palácio do Congresso Nacional, da Praça dos Três Poderes e da própria cidade de Brasília. Mas o objetivo da visita ao Congresso Nacional também inclui uma finalidade educativa. Temos a

preocupação de fazer o cidadão entender como funcionam as duas casas legislativas e como o eleitor pode acompanhar a atividade parlamentar e cobrar transparência e prestação de contas do seu deputado ou senador. Tentamos mostrar que a participação da sociedade pode fazer diferença na democracia. Em muitos casos o visitante mostra ceticismo quando falamos disso, mas é verdade. Por isso insistimos para os guias explicarem como funcionam os canais de participação direta e como o cidadão pode se organizar e usar esses canais que são oferecidos tanto pela Câmara quanto pelo Senado. A ideia é mostrar que a democracia representativa pode estreitar os laços com os eleitores e que o simples ato de acompanhar o que os parlamentares fazem já é um passo importante e que isso depende do próprio cidadão.”

Em suma, a iniciativa da visitação cívica ao Congresso Nacional, em parte, contribui para a realização do propósito de oferecer ao cidadão a oportunidade de transitar pelos espaços da instituição e de receber informações sobre a organização e o sistema do trabalho legislativo. Caberiam, porém, futuros estudos empíricos de base etnográfica para avaliar outros aspectos relativos ao projeto de visitação, a fim de se obter uma visão mais aprofundada sobre os impactos e efeitos da visita na vida dos cidadãos.

Referências

- ANDRADE, P. de. Sociologia da Viagem: o cotidiano e os seus inter-trajectos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 37, p. 51-77, 1993.
- AUGÉ, M. *Não-Lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.
- AUGÉ, M. *Por uma antropologia da mobilidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- ARMITAGE, F. The speaker, parliament ceremonies and power. *The Journal of Legislative Studies*, v. 16, n.3, p. 325-337, sept. 2010.
- BAILEY, F. G. *The need for enemies*: a bestiary of political forms. London: Cornell Univ. Press, 1998.
- BARREIRA, C.; BARREIRA, J. A. F. Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 307-335, jan./dez. 2012.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; LASCH, S.; BECK, U. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.11-87.
- BLIC, D. La sociologie politique et morale de Luc Boltanski. *Raison Politique*, Toulouse, n. 3, p. 149-158, 2000.
- BOLTANSKI, L. *El amor e la justicia como competencia*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.
- CASTRO, Rodrigo. A crítica e a dádiva na construção do vínculo social. *Jornal do Mauss Ibero-latinoamericano*, maio 2008. Disponível em: <www.jornalomauss.org>. Acesso em: 18 set. 2013.

CORCUFF, P. *Les Nouvelles Sociologies: La réalité sociale en construction*. Paris: Editions Nathan, 1995.

_____. Justificación, stratégie et compassion: apport de la sociologie dès regimes d'acción. *Correspondances. Tunis*, n. 51, juin, 1998.

CREWE, E. An Anthropology of the House of Lords: socialization, relationships and rituals. *The Journal of Legislative Studies*, v. 16, n. 3, sept., p. 298-324, 2010.

CUNHA, O. M. G. da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DINIZ, E. A reforma do Estado: uma nova perspectiva analítica. In: COELHO, M. F. et al (Org.). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: Editora UnB, 2000. p.127-150.

DOMINGUES FILHO, J. B. Elias e Giddens: a figuração da estruturação. *Educação e Filosofia*, Uberaba, v. 18, n. 35/36, jan/dez, p. 207-231, 2004.

ELIAS, N. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GADAMER, H. G. *Verdade e método*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GREENBLATT, S. *Possessões maravilhosas: o deslumbramento do novo mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, abril, p.7-39, 1997.

HENRIQUE, A. L. *Cidadãos crentes, críticos e ocultos: as várias faces da cidadania em sua relação com a confiança e as instituições democráticas na Nova República*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

HOLSTON, J. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IRVINE, J. T. Formality and informality in communicative events. In: BAUGH, J.; SHERZER, J. (Ed.). *Language in use*. New Jersey: Prentice Hall, 1993. p. 211-228.

LATOUR, B. *Ciência em ação*. São Paulo: Unesp, 2000.

MENEGUELLO, R. Percepções públicas sobre o parlamento brasileiro: dados dos últimos 50 anos. In: MENEGUELLO, R. (Org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião*. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 13-34.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, n. 65, p.1-10, 2006.

MESSEMBERG, D. A Elite Parlamentar Brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, 2007.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINTO NETO, A. E. S. *Com a palavra, o visitante: avaliação e mensuração de resultados do programa Visite o Congresso*. Monografia de conclusão de curso de especialização em Comunicação e Marketing - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

RAI, S. M. Analysing ceremony and ritual in parliament. *The Journal of Legislative Studies*, v. 16, n. 3, sept., p.284-297, 2010.

ROCHA, E. M. B. *O Programa de Visitação da Câmara dos Deputados sob o foco da comunicação pública*. 43 f. Monografia (Especialização em Comunicação Política) - Centro de Formação da Câmara dos Deputados, Brasília, 2012.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SCOTTO, G. *Representação e apresentação: uma análise da campanha de Benedita da Silva á Prefeitura do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Política) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

SENNETT, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

WAYLEN, G. Researching ritual and the symbolic in parliaments: an institutionalist perspective. *The Journal of Legislative Studies*, v. 16, n. 3, sept., p.353-365, 2010.

WEBER, M. A dominação não-legítima (tipologia das cidades). In: _____. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1999. p. 408-516.

WILLIS, P. *Learning to Labour*. Farnborough: Saxon House, 1977.